

Mercadante chefiará BNDES; privatização acaba, diz Lula



Luiz Inácio Lula da Silva cumprimenta Aloizio Mercadante, indicado para o BNDES, à frente da futura primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja

Lula anuncia Mercadante no BNDES e diz que 'vai acabar a privatização'

Nome do ex-ministro provoca reação negativa no mercado; Bolsa cai e juros futuros sobem

Mateus Vargas, Renato Machado e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciou nesta terça-feira (13) o ex-ministro e ex-senador Aloizio Mercadante para a presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social). "Aloizio Mercadante, viáguas críticas sobre você, sobre boatos que você vai ser presidente do BNDES. Eu quero dizer para vocês que não é mais boato: o Aloizio Mercadante será presidente", disse Lula.

O presidente também declarou que "vai acabar a privatização neste país".

O anúncio provocou queda da Bolsa. O índice Ibovespa, que chegou a subir 1% na estreia de dados de inflação abaixo do esperado nos EUA, recuou 1,71%, aos 103.539 pontos.

O dólar, que chegou a cair mais de 1% à tarde, passou a operar perto da estabilidade após a confirmação de Mercadante e fechou o dia em leve queda de 0,03%, a R\$ 5,31.

No mercado de juros futuros, que embute as expectativas dos investidores sobre a condução da política monetária pelo Banco Central, as taxas registraram forte al-

ta. O título com vencimento em janeiro de 2024 avançou de 13,97% para 14,06%, enquanto o contrato para 2025 passou de 13,41% para 13,65%.

A nomeação de Mercadante pode esbarrar na Lei das Estatais, que veda "a indicação, para o conselho de ad-

ministração e para a diretoria, da pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral".

Como o ex-ministro atuou na campanha de Lula, sua indicação para uma estatal poderia entrar em conflito com a legislação.

No entanto, a Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta terça-feira, um projeto que muda a Lei das Estatais para reduzir para 30 dias a quarentena de indicados a ocupar cargos de presidente e diretor das empresas públicas. O texto segue para o Senado (leia abaixo).

Lula participou de evento para encerramento das atividades dos grupos técnicos do gabinete de transição, na tarde desta terça-feira (13). Ele estava em uma mesa ao lado do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), das primeiras-damas Janja e Lu Alckmin, da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, de ministros já indicados para o futuro governo e outros coordenadores da transição, como o próprio Mercadante.

"Estamos precisando de al-

guém que pense em desenvolvimento, alguém que pense em reindustrializar esse país, alguém que pense em inovação tecnológica. Que pense na geração de financiamento ao pequeno, grande, médio empresário para que este país volte a gerar emprego", disse Lula, exaltando o futuro presidente do banco.

Coordenador dos grupos técnicos do gabinete de transição, o ex-ministro já era tido entre petistas como certo para comandar o BNDES. Os rumores envolvendo seu nome, no entanto, vinham provocando reação negativa do mercado.

Para investidores, a nomeação de Mercadante sinalizaria uma política econômica mais desenvolvimentista do governo eleito, com possível expansão do gasto público para impulsionar o crescimento.

No futuro governo, o BNDES estará sob responsabilidade do recriado Ministério da Indústria e Comércio, que vai se tornar uma pasta poderosa e cobichada por aliados. O ministério também deve herdar questões relacionadas ao planejamento futuro, que normalmente ficariam a cargo do também recriado Ministério do Planejamento, que ficará mais desidratado.



ALOIZIO MERCADANTE, 68 Presidente do BNDES

Bacharel em economia pela USP, mestre em ciências econômicas e doutor em teoria econômica pela Unicamp, foi ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação; da Educação e chefe da Casa Civil do governo Dilma, e atuou como coordenador técnico da equipe de transição de Lula; é professor aposentado de economia pela Unicamp e professor licenciado pelo Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); eleito senador por São Paulo em 2002, com 10,5 milhões de votos, foi líder do PT na Câmara e no Senado; presidente da Fundação Perseu Abramo, escreveu "Como Bases de Desenvolvimento no Brasil: Análise do Governo Lula".

Haverá, ainda, o Ministério da Fazenda, que será ocupado por Fernando Haddad.

Em outro recado que pode ser mal recebido pelo mercado financeiro, Lula também afirmou que seu governo não vai promover privatizações de empresas estatais. Acrescentou que as empresas públicas vão poder "mostrar a sua rentabilidade".

"Não haverá chuva, sol, nada neste mundo, a não ser Deus que me proíba, de fazer esse país voltar a sorrir, fazer o povo voltar a ser alegre, e acreditar que este país acabou o complexo de vira-lata. Não somos inferiores a ninguém, somos iguais a todo o mundo e queremos ser donos do nosso território", afirmou o presidente diplomado.

"Vão acabar as privatizações neste país. Já privatizaram quase tudo, mas vai acabar e vamos provar que algumas empresas públicas vão poder mostrar a sua rentabilidade", completou Lula.

O presidente eleito também criticou as deduções com gastos em saúde no Imposto de Renda, em uma possível indicação de que seu governo poderá propor mudanças no benefício, que favorece a classe média, em uma reforma tributária.

Lula afirmou que, enquanto os mais pobres têm dificuldade de acesso a tratamentos, ele realiza anualmente uma série de exames e pode fazer o abatimento das despesas no Imposto de Renda, o que classificou como uma "contradição".

"Quem está pagando o tratamento que nós temos é o pobre que não tem direito neste país, é o pobre que não tem especialista, é o pobre que não tem plano de saúde. É por isso que precisamos pensar em uma reforma tributária para ver se a gente consegue corrigir um pouco as injustiças centenárias que tem nosso país", afirmou.

O futuro governo Lula 3 já vem enfrentando críticas do mercado por apostar em uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para manter o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 fora do teto dos gastos. A proposta foi aprovada no Senado, mas ainda está pendente de acertos para avançar na Câmara dos Deputados.

Presidente do PT, Gleisi Hoffmann criticou a postura do setor financeiro e pediu apoio aos deputados federais, para que a PEC avance na Casa legislativa.

"Não posso me conformar com o que eu ouço de mercado por aí. Que isso é uma ganância, que é absurdo. Onde estava essa gente que não criticou o Bolsonaro quando gastou mais de R\$ 800 bilhões e não estruturou nenhuma política pública para melhorar a vida das pessoas? Eles têm de perguntar é para ele, não para nós. E eles sabem como a gente lida com o Orçamento público. Nós sabemos para que o Estado tem de servir, tem de servir às pessoas."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Página: 13